

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE-RO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026
(Processo Administrativo nº 18/2026)

1. PREÂMBULO

1.1 Torna-se público que Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste-RO, por meio da Coordenação Geral, instituída pelo Decreto Municipal nº 16/2024, sediada na Avenida Paulo de Assis Ribeiro nº 4132 CEP 76.993-000, realizará licitação, na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, na **Intenção de Registro de Preços**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, Decretos municipais nº 22/2024, 24/2024 e 32/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2 SESSÃO PÚBLICA

Data e hora da abertura da sessão: 19/06/2026 às 09h. (horário de Brasília).

Critério de Julgamento: Menor Preço.

Modo de disputa: Aberto.

Com Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS.

Plataforma da disputa: LICITANET Licitações Eletrônicas (www.licitanet.com.br)

2. DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é registro de preço para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais e Equipamentos Esportivos, Visando Atender as Necessidades das Secretarias Municipais do Município de Colorado do Oeste/RO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam no termo de referência anexo -I.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema LICITANET (www.licitanet.com.br).

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no LICITANET até a data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5 Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

4.5.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7 Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7 Pessoas física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.8 O impedimento de que trata o item 0 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 0 e 0 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11 O disposto nos itens 0 e 0 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.13 A vedação de que trata o item 0 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, (se for o caso), a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5.3 A falsidade da declaração de que trata os itens 0 ou 0 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.9.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.9.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.10.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.10.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Marca/Modelo;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.7.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

6.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

7.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o que estiver especificado no Termo de Referência.

7.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11 O modo de disputa adotado é “aberto”, e os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a trinta minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.18.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.18.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.18.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.18.2.2 empresas brasileiras;

7.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.19.4 A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.19.5 É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.20 Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o edital.

8.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1 conter vícios insanáveis;

- 8.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.6.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:
- 8.7.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.7.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.10 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.12 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.13 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.14 Se a(s) amostra(s)/catálogo(s) ou ficha técnica(s), apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s)/catálogo(s) ou ficha técnica(s), e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.2 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 9.3 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.4 O licitante deverá apresentar no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não - digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.5 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.5.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.6 A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6.1 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, contado da solicitação da pregoeira.

9.7 A verificação nos documentos habilitatórios somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.7.1 Os documentos relativos à documentos de habilitação que consta no Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.7.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.8 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.8.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.8.2 atualizações de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.9 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.10 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.6.1

9.11 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.12 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9.13 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 12.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 12.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no portal da transparência do município, no sítio eletrônico www.coloradodoeste.ro.gov.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 13.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 13.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 13.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
- 13.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 13.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 13.1.5 fraudar a licitação
- 13.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 13.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 13.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 advertência;

13.2.2 multa;

13.2.3 impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2 as peculiaridades do caso concreto

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

13.5 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 0 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.6 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

13.7 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

13.8 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.9 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.10 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.11 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.12 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*:

Sistema LICITANET: www.licitanet.com.br

14.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), site oficial da prefeitura municipal (www.coloradodooeste.ro.gov.br) e no portal LICITANET (www.licitanet.com.br)

15.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1 ANEXO I - Termo de Referência

15.11.2 ANEXO II – Modelo de Proposta

15.11.3 ANEXO III - Minuta de Contrato

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE-RO

Processo Administrativo nº 18/2026

(Pregão Eletrônico nº 19/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência foi elaborado à luz da lei **14.133/21**, como peça integrante e indissociável de um procedimento legal pertinente, para que seja formalizada a Licitação na Modalidade: **Pregão**, sob a forma **Eletrônica**, na **Intenção de Registro de Preços**, para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais e Equipamentos Esportivos, Visando Atender as Necessidades das Secretarias Municipais do Município de Colorado do Oeste/RO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
1	ANTENAS PARA REDE DE VÔLEI COM PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO, COM COMPOSIÇÃO DE FIBERGLASS, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 3/8 DE DIÂMETRO POR 1,80M DE ALTURA.	8	UND	85,50	684,00	0,01
2	APITO DE MESA APITO PROFISSIONAL EM PLÁSTICO ABS, SEM BOLINHA, EMITE 2 SONS AO MESMO TEMPO (BI-VOX) UM AGUDO E OUTRO GRAVE. MEDIDAS APROXIMADAS: 8,5 CM X 2,0 CM.	10	UND	75,66	756,60	0,01
3	APITO PARA ÁRBITRO PLÁSTICO NÃO TÓXICO, COMPOSTO POR UM CORPO DE POLICARBONATO FORTE COM A TECNOLOGIA CMG INTEGRADA COM BICO REVESTIDO DE SILICONE. COM CÂMERA DUPLA DE TECNOLOGIA PEALESS, BORRACHA FLEXÍVEL. DECIBÉIS: 115 DECIBÉIS. MODELO DE REFERÊNCIA: FOX 40 OU SIMILIAR.	23	UND	20,82	478,86	0,01
4	BALANÇA DIGITAL COM MONITOR DE TAXA DE GORDURA COM PERCENTUAL DE LÍQUIDOS DO CORPO.	6	UND	132,14	792,84	0,50
5	BARREIRINHA DE AGILIDADE DE PLÁSTICO ABS PARA TREINAMENTO DE AGILIDADE PISTA E CAMPO. LARGURA: 45 CM. ALTURA: 25 CM.	5	UND	87,65	438,25	0,01
6	BASTÃO DE REVEZAMENTO DE PLÁSTICO CONJUTO COM 8 UND BASTÕES DE REVEZAMENTO PARA ATLETISMO OFICIAIS. PRODUZIDO EM	13	CJ	97,67	1.269,71	0,01

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
	POLIETILENO COM DENSIDADE, IDEIAS PARA COMPETIÇÕES DE NÍVEL ESCOLAR, REGIONAL E ESTADUAL. PRODUTO SEM REBARBAS DE PLÁSTICO OU SOBRAS. OFICIAL, DE ACORDO COM AS REGRAS DA IAAF. PESO: 52G (+/-1G). CONJUNTO COM 8 UNIDADES.					
7	BOLA BOBATH/PILATES FABRICADO EM MATERIAL LÁTEX SISTEMA ANTIESTOURO, BICO RESERVA, MEDIDA 55 CM, SUPORTA ATÉ 200KG;	35	UND	302,53	10.588,55	0,50
8	BOLA DE FUTSAL PRODUZIDA COM LAMINADO, COM 8 GOMOS INCULADOS A TECNOLOGIA TERMOTEC, COM 0% ABSORÇÃO DE ÁGUA. POSSUI MIOLO LUBRIFICADO E REMOVÍVEL. POSSUI SELO DA CERTIFICAÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL (CBFS). COMPOSIÇÃO: POLIURETANO(PU) LAMINADO; TECNOLOGIA: TERMOTEC; PROCESSO EXTRA DUPLA COLAGEM; CIRCUNFERÊNCIA: 62 - 64 CM; CÂMARA: ARBILITY; MIOLO; PESO APROXIMADO: 400-440 G. MARCA DE REFERÊNCIA: PENALTY MAX 500 OU SIMILIAR.	53	UND	462,42	24.508,26	0,50
9	BOLA DE BASQUETE OFICIAL ADULTO, CÂMARA DE BUTIL, CONFECCIONADA EM BORRACHA, TAMANHO 75 78 CM, PESO 600 650 G, MIOLO REMOVÍVEL POR AMARELO, AZUL E BRANCO.	5	UND	565,00	2.825,00	1,00
10	BOLA DE BEACH TENNIS BOLA OFICIAL, FEITA COM BORRACHA REVESTIDA E FELTRO DE POLIAMIDA, APROVAÇÃO DO ITF (INTERNATIONAL TENNIS FEDERATION). PESO ENTRE 200 E 220 GM. DIÂMETRO ENTRE 6,35 E 6,65 CM.	40	UND	43,97	1.758,80	0,01
11	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL, COM CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 68 A 70 CM, PESO ENTRE 410G A 450G CÂMARA AIRBILITY, GOMOS: SEM COSTURA; TECNOLOGIA TERMOTEC NEOGEL; CONFECCIONADA EM PU, MIOLO REMOVÍVEL, CONFORME NORMAS DA FEDERAÇÃO DE FUTEBOL.	20	UND	341,83	6.836,60	0,50
12	BOLA DE FUTSAL POSSUI TAMANHO MIRIM (SUB-13); 8 GOMOS; CONSTRUÇÃO: TERMOTEC; CAMADA INTERNA: NEOGEL; PROCESSO EXTRA: DUPLA COLAGEM; LAMINADO: PU; CÂMARA: ARBILITY; PESO ENTRE 350-	40	UND	298,33	11.933,20	0,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
	380G E CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 55-58CM. MARCA DE REFERÊNCIA: PENALTY MAX 200 OU SIMILIAR.					
13	BOLA DE FUTSAL ADULTO. OFICIAL. UNISEX. 11 GOMOS. COMPOSIÇÃO: PU. PESO 410- 430G. CIRCUNFERÊNCIA: 62,5- 63,5CM. CONSTRUÇÃO TERMOTEC. PROCESSO EXTRA: DUPLA COLAGEM. MIOLO; CÂMARA: ARBILITY. COM 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA. APROVADA PELA CBFS E PELA FIFA. MARCA DE REFERÊNCIA: PENALTY MAX 1000 DE QUALIDADE SIMILAR.	48	UND	438,72	21.058,56	0,50
14	BOLA DE FUTSAL INFANTIL POSSUI SELO DA CERTIFICAÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL (CBFS); CÂMARA ARBILITY; DUOTEC; LAMINADO: PU; 8 GOMOS; MIOLO; CAMADA INTERNA NEOGEL; PROCESSO EXTRA DUPLA COLAGEM; CONSTRUÇÃO: TERMOTEC. PESO ENTRE 300-330G E CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 50-55CM. MARCA DE REFERÊNCIA: PENALTY MAX 100 OU SIMILIAR.	45	UND	206,76	9.304,20	0,50
15	BOLA DE MEDICINIBOL PARA TREINAMENTOS ESPECÍFICOS PESO DE 3KG, MATRIZADA, CÂMARA EM BUTIL, MIOLO REMOVÍVEL. MARCA DE REFERÊNCIA PENALTY DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR.	2	UND	131,93	263,86	0,50
16	BOLA DE MEDICINIBOL PARA TREINAMENTOS ESPECÍFICOS PESO DE 5KG, MATRIZADA, CÂMARA EM BUTIL, MIOLO REMOVÍVEL. MARCA DE REFERÊNCIA PENALTY DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR.	2	UND	252,65	505,30	0,50
17	BOLA DE VÔLEI MIRIM MATERIAL EM POLIURETANO- LAMINADO PU COM ALTA PERFORMANCE MACIEZ E CONFORTO ; PESO DE 240G A 270G; COSTURA ULTRA FUSION; MIOLO CÁPSULA CIRCUNFERÊNCIA 60CM; RECOMENDADA PARA TREINAMENTOS. MARCA DE REFERÊNCIA PENALTY DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR.	38	UND	351,67	13.363,46	0,50
18	BOLA OFICIAL DE BASQUETEBOL 3X3 TAMANHO 6, REVESTIMENTO EM MICROFIBRA, CÂMARA DE AR 100% BORRACHA BUTÍLICA, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. PESO ENTRE 640 A 670 G.	10	UND	696,06	6.960,60	1,00

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
	APROVADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE BASQUETE (FIBA). SELO FIBA APPROVED NA BOLA.					
19	BOLA OFICIAL DE BASQUETEBOL MASCULINO, ADULTO TAMANHO 7, COM 08 GOMOS, MATERIAL COURO SINTÉTICO, REVESTIMENTO EM MICROFIBRA DE PU, CIRCUNFERÊNCIA 74 A 92 CM, PESO 650 - 680G, CÂMARA BUTIL, MIOLO LUBRIFICADO. APROVADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE BASQUETE (FIBA) E OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASQUETE (CBB).	10	UND	696,06	6.960,60	1,00
20	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO Nº 03 COSTURADA, CONFECCIONADA EM PVC, PESO 350-380G, CIRCUNFERÊNCIA 61-64 CM, MIOLO REMOVÍVEL, CÂMARA AIRBILITY. MARCA DE REFERÊNCIA PENALTY DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR.	40	UND	263,67	10.546,80	0,50
21	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO Nº 04 COSTURADA, CONFECCIONADA EM PVC, PESO 360-390G, CIRCUNFERÊNCIA 64-66 CM, MIOLO REMOVÍVEL, CÂMARA AIRBILITY. MARCA DE REFERÊNCIA PENALTY DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR.	40	UND	373,69	14.947,60	0,50
22	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL SOCIETY SEM COSTURA, TERMOTEC, CIRCUNFERÊNCIA 68-69 CM, PESO 420-450G, COMPOSIÇÃO EM PU, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. PRODUTO A SER UTILIZADO EM GRAMA NATURAL. MARCA DE REFERÊNCIA PENALTY DE QUALIDADE SIMILAR.	85	UND	264,88	22.514,80	0,50
23	BOLA OFICIAL DE FUTEVÔLEI COMPOSIÇÃO: CONFECCIONADA COM 100% POLIURETANO, 32 PAINÉIS, FEITA COM BORRACHA BUTÍLICA, MIOLO: LUBRIFICADO E REMOVÍVEL, TAMANHO 05, CIRCUNFERÊNCIA 68-70 CM, PESO 410-450G. BOLA APROVADA PELA FIFA. MARCA DE REFERÊNCIA MIKASA DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR.	12	UND	671,20	8.054,40	1,00
24	BOLA OFICIAL DE HANDEBOL, H1 TAMANHO INFANTIL COSTURADA COM 32 GOMOS CONFECCIONADO EM PU ULTRA GRIP COM PESO DE 230GR A 270GR, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO CÂMARA AIRBILITY E CIRCUNFERÊNCIA 49 A 51 CM.	10	UND	189,74	1.897,40	0,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
	APROVADO PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL. MARCA DE REFERÊNCIA PENALTY DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR.					
25	BOLA OFICIAL DE HANDEBOL, H2 PARA TREINAMENTO E COMPETIÇÃO FEITA DE COURO SINTÉTICO EXTRA MACIO E DURÁVEL, CAMADA EXTERNA DE PU "GRIP". CÂMARA DE AR ZERO-ASA, VÁLVULA DE TRAVA DUPLA DE BORRACHA. BOLA COM 32 PAINÉIS COSTURADOS A MÃO E FECHADOS COM NÓ DUPLO REVESTIDOS COM VÁRIAS CAMADAS DE MATERIAL TÊXTIL. MARCA DE REFERÊNCIA SELECTATTACK DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR.	10	UND	313,00	3.130,00	0,50
26	BOLA OFICIAL DE HANDEBOL, H3 COSTURADA, COM 32 GOMOS, CIRCUNFERÊNCIA 58-60 CM, PESO 425-475G, H3 COM SELO FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL, COSTURADA A MÃO, MATERIAL EM COURO PU CÂMARA LÁTEX. MARCA DE REFERÊNCIA SELECTSOLERA DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR.	15	UND	334,24	5.013,60	0,50
27	BOLA OFICIAL DE VÔLEI. MATRIZADA COM 18 GOMOS CONFECCIONADA COM MICROFIBRA, APROVADA PELA FIVB, TAMANHO: 65CM A 67CM DE DIÂMETRO, PESO DE 260G A 280G, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO LIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. MARCA DE REFERÊNCIA: PENALTY, MIKASA OU SIMILAR.	56	UND	779,12	43.630,72	1,00
28	BOLAS DE VÔLEI DE AREIA BOLA OFICIAL DE VÔLEI DE PRAIA COM COSTURA WISTLOCK; POSSUI MATERIAL SUPER COMPOSITE COVER; COM 10 PAINÉIS CURVADOS; EM COURO SINTÉTICO, COM MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO; PESO: 260-280G; CIRCUNFERÊNCIA APROX. 66-68CM. APROVADO PELA CBV E FIVB.	55	UND	437,25	24.048,75	0,50
29	BOMBA INFLÁVEL PLÁSTICA DE BOLA TUBO POLICARBONATO. HASTE: ACRILATO NITRILICA BUTADIENO ESTIRENO. T HADLE: POLIPROPILENO, FECHOS: ACRILATO NITRILICA BUTADIENO ESTIRENO.	34	UND	137,82	4.685,88	0,50
30	CANELEIRA DE KARATÊ AZULCBK INFANTIL - TAMANHO G COMPRIMENTO PROTETOR FIBULA 31C- 36CM,	18	PAR	503,33	9.059,94	1,00


Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
	LARGURA PROTETOR FÍBULA 13CM-14CM, COMPRIMENTO PROTETOR PÉ 22CM-27CM, LARGURA PROTETOR PÉ 10CM- 11CM, LARGURA VELCRO 5CM. PROPORCIONA SEGURANÇA NAS ÁREAS DA FÍBULA E DO PÉ SEM COMPROMETER A MOBILIDADE.					
31	CANELEIRA DE KARATÊ VERMELHA CBK - ADULTO TAMANHO P COMPRIMENTO PROTETOR FIBULA 31CM-36CM LARGURA PROTETOR FÍBULA 13CM-14CM COMPRIMENTO PROTETOR PÉ 22CM-27CM LARGURA PROTETOR PÉ 10CM-11CM LARGURA VELCRO 5CM.	25	PAR	562,67	14.066,75	1,00
32	CANELEIRA DE KARATÊ VERMELHA CBK ADULTO- TAMANHO G , COMPRIMENTO PROTETOR FIBULA 31CM-36CM LARGURA PROTETOR FÍBULA 13CM-14CM COMPRIMENTO PROTETOR PÉ 22CM-27CM LARGURA PROTETOR PÉ 10CM-11CM LARGURA VELCRO 5CM.	29	PAR	562,67	16.317,43	1,00
33	CANELEIRA DE KARATÊ VERMELHA CBK INFANTIL TAMANHO P COMPRIMENTO PROTETOR FIBULA 31CM-36CM, LARGURA PROTETOR FÍBULA 13CM-14CM, COMPRIMENTO PROTETOR PÉ 22CM-27CM, LARGURA PROTETOR PÉ 10CM-11CM, LARGURA VELCRO 5CM.	25	PAR	503,33	12.583,25	1,00
34	CARRINHO PARA BOLAS ESTRUTURA EM ALUMÍNIO E METAL REFORÇADO, RETRÁTIL COM RODÍZIOS EM PU PRETO DUPLO, COM ROTAÇÃO 360° GRAUS, PARA CARREGAR BOLAS E MATERIAIS PARA TREINAMENTO EM QUADRAS ESPORTIVAS. COMPORTANDO APROXIMADAMENTE 23 DE VÔLEI E DEMAIS MODALIDADES, SERVE PARA BASQUETE, HANDEBOL E OUTRAS MODALIDADES SIMILARES DE QUADRA. O CARRINHO É RETRÁTIL E PORTÁTIL MONTA E DESMONTA FACILMENTE EM SEGUNDOS.DIMENSÕES FECHADO 13 X 13 X 88 APROXIMADAMENTE. DIMENSÕES APROXIMADAS -A 88-L 52-P 52- SACO DE BOLAS -A 60-L 52-P 52.	5	UND	837,20	4.186,00	1,00
35	CARTÃO DE ARBITRAGEM PARA FUTEBOL; MATERIAL FABRICADO EM PVC IMPERMIÁVEL, COM LOCAL PARA MARCAÇÃO DE NUMERO DE CAMISA.C/ LAPIS MATERIAL: POLIETILENO QUANTIDADE DE CARTÕES: 2	20	UND	44,05	881,00	0,01

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
	ACESSÓRIOS INCLUÍDOS: CARTÃO AMARELO, CARTÃO VERMELHO, LÁPIS.					
36	CHAPÉU CHINÊS COM 5 CM, EM MATERIAL PLÁSTICO, SENDO FLEXÍVEL, CONTENDO RANHURAS.	25	UND	119,23	2.980,75	0,50
37	CINTO DE TRAÇÃO PARA TREINAMENTO COM GIRO DE 360° EM TECIDO SINTÉTICO, ALMA DE EVA, FORRO DE TELA SPACER, ARGOLAS E MOSQUETÕES EM AÇO NIQUELADO, FITA DE POLIPROPILENO, CORDA ELÁSTICA COM REVESTIMENTO DE POLIPROPILENO, TAMANHO ÚNICO E REGULÁVEL, COM 6 METROS COMPRIMENTO E DIÂMETRO DO ELÁSTICO 12MM. ACOMPANHA: CINTO DE TRAÇÃO, CORDA ELÁSTICA, BOLSA PARA GUARDAR, ALÇA ÂNCORA, MOSQUETÕES E ARGOLAS DE AÇO.	13	UND	383,21	4.981,73	0,50
38	COLCHONETE DE GINÁSTICA D20 MEDINDO 100 X 0,60 X 0,03 M. REVESTIMENTO EXTERNO DE CORVIM IMPERMEÁVEL. DENSIDADE 20	20	UND	113,04	2.260,80	0,50
39	CONE FLEXÍVEL ENTRE 75 E 78 CM TOTALMENTE EM BORRACHA EXTREMAMENTE RESISTENTE, COM TRÊS FAIXAS PINTADAS (NÃO REFLETIVAS), ENTRE 75 E 78 CM DE ALTURA E BASE 40X40CM	10	UND	117,24	1.172,40	0,50
40	CONE PLÁSTICO - 50 CM P/ CIRCUITO KIT CM 10 (DEZ) CONE PLÁSTICO, CONFECCIONADO EM VDL, TAMANHO: BASE 28CMX32CM ALTURA 50CM, EM CORES VARIADAS.	50	KIT	117,79	5.889,50	0,50
41	CONES 28 CM DE ALTURA, MATERIAL BORRACHA COMPOSIÇÃO PVC.	68	UND	56,79	3.861,72	0,01
42	COPO LONG DRINK PERSONALIZADO COM LOGO DA SECRETARIA E PREFEITURA MUNICIPAL E LOGO DO EVENTO. CAPACIDADE DE MIMINA 325ML; COM CORES VARIADAS; MEDIDAS PROXIMADAS DO PRODUTO: ALTURA: 15,5CM CIRCUNFERENCIA (BOCA): 6,0CM CIRCUNFERENCIA (BASE): 5,5CM: POLIESTIRENO. COR A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO.	1.600	UND	7,88	12.608,00	0,01
43	CORDA EM POLIETILENO CORDA EM POLIETILENO DE 12 MM.	60	MT	8,10	486,00	0,01
44	CORDA PARA PULAR CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO, COM ESPESSURA APROXIMADA DE 5	10	UND	90,61	906,10	0,01

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
	MM, EQUIPADA COM HASTES PLÁSTICAS EM PVC NAS DUAS EXTREMIDADES PARA MANUSEIO. INDICADA PARA ATIVIDADES RECREATIVAS. COMPRIMENTO APROXIMADO DE 1 (UM) METRO.					
45	CRONÔMETRO DIGITAL COM MEMÓRIA PARA 500 VOLTAS, TELA GRANDE DE LCD COM MOSTRADOR DE 3 LINHAS, MOSTRA A VOLTA MAIS RÁPIDA, VOLTA MAIS LENTA E CALCULA O TEMPO MÉDIO, ALÉM DE, CONTAGEM REGRESSIVA COM FAIXA DE TRABALHO DE 10 HORAS, FUNÇÃO RITMO COM INTERVALOS DE RITMO SELECIONÁVEIS, MOSTRA ANO, MÊS, DATA, SEMANA, HORA, MINUTOS E SEGUNDOS, FORMATO DE HORA 12/24 E ESTRUTURA RESISTENTE À ÁGUA E ILUMINAÇÃO.	9	UND	119,24	1.073,16	0,50
46	DARDO DE ATLETISMO PARA LANÇAMENTO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO COM PONTEIRA DE BORRACHA 400G -INFANTIL. SIMILAR AO TURBOJAV, É IDEAL PARA ATLETAS INICIANTES OU USO ESCOLAR. CORPO EM PLÁSTICO PVC DE ALTA RESISTÊNCIA, INTEGRADO COM EMPUNHADURA EM ESPIRAL PARA MAIOR ADERÊNCIA ÀS MÃOS. COMPRIMENTO 70 CM E PESO DE 400~410 GRAMAS. PONTEIRA SUBSTITUÍVEL DE BORRACHA. CORES VARIADAS. O MODELO DE 400 GRAMAS É OFICIAL PARA AS OLIMPÍADAS ESPECIAIS (MASCULINO ACIMA DE 15 ANOS). PREÇO UNITÁRIO.	10	UND	589,77	5.897,70	1,00
47	DARDO DE BAMBU ESPECIAL 700G DARDO DE BAMBU DE ATLETISMO PARA LANÇAMENTO. PARA TREINAMENTO, IDEAL PARA ATLETAS INICIANTES. EMPUNHADURA DE CORDEL E PONTEIRA DE FERRO (PINTADA). PREÇO INDIVIDUAL. PESO E EQUILÍBRIO PRECISOS. MAIOR DURABILIDADE. PRODUTO PARA ATLETAS INICIANTES.	8	UND	286,75	2.294,00	0,50
48	DARDO DE DURALUMÍNIO E AÇO 800G DARDO DE ATLETISMO PARA LANÇAMENTO 800 G-ADULTO MASCULINO. ESTRUTURA DE DURALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA E CABEÇA DE AÇO. PINTURA A PÓ (RESISTENTE À CORROSÃO, IMPACTO, AÇÃO QUÍMICA ETC).	2	UND	936,26	1.872,52	1,00
49	DARDO DE DURALUMÍNIO E AÇO 600G DARDO DE ATLETISMO	2	UND	714,22	1.428,44	1,00

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
	PARA LANÇAMENTO 600 G, ADULTO-FEMININO. ESTRUTURA DE DURALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA E CABEÇA DE AÇO. PINTURA A PÓ (RESISTENTE À CORROSÃO, IMPACTO, AÇÃO QUÍMICA ETC).					
50	DISCO DE ATLETISMO DE BORRACHA PRETO COM CENTRO COLORIDO 2,00KG DISCO DE ATLETISMO 2,00KG COM CENTRO COLORIDO. FEITO DE BORRACHA MACIÇA DE ALTA RESISTÊNCIA. INDICADO PARA TREINAMENTO DE LANÇAMENTOS. POSSUI BORDA ESCURA E O CENTRO COLORIDO, QUE FACILITA A DISTINÇÃO ENTRE DISCOS DE DIFERENTES CATEGORIAS E A IDENTIFICAÇÃO DO IMPLEMENTO NA FASE DE VÔO DO LANÇAMENTO. IDEAL PARA ATLETAS INICIANTES	7	UND	327,03	2.289,21	0,50
51	DISCO DE ATLETISMO DE BORRACHA PRETO COM CENTRO COLORIDO 1,00KG DISCO DE ATLETISMO 1,00KG COM CENTRO COLORIDO. FEITO DE BORRACHA MACIÇA DE ALTA RESISTÊNCIA. INDICADO PARA TREINAMENTO DE LANÇAMENTOS. POSSUI BORDA ESCURA E O CENTRO COLORIDO, QUE FACILITA A DISTINÇÃO ENTRE DISCOS DE DIFERENTES CATEGORIAS E A IDENTIFICAÇÃO DO IMPLEMENTO NA FASE DE VÔO DO LANÇAMENTO. IDEAL PARA ATLETAS INICIANTES.	7	UND	132,69	928,83	0,50
52	ESCADA DE AGILIDADE DE PLÁSTICO MEDINDO 06 METROS, REGULAGEM NOS DEGRAUS, FITAS DE NYLON, HASTES DE PVC; COM 10 DEGRAUS, COM BORNAL PARA ARMAZENAMENTO.	29	UND	136,87	3.969,23	0,50
53	FAIXA DE GRADUAÇÃO DE KARATÊ- TAMANHO G FAIXA DE COMPETIÇÃO, NA COR AZUL PADRÃO CBK, FABRICADO EM TECIDO EM MICROFIBRA, 12 COSTURAS, COM MIOLO EM FELTRO.	12	UND	35,67	428,04	0,01
54	FAIXA DE GRADUAÇÃO DE KARATÊ -TAMANHO M FAIXA DE GRADUAÇÃO DE KARATÊ, NA COR VERMELHA. CONFECCIONADA EM ALGODÃO, COM NO MINIMO 7 COSTURAS E ENCHIMENT EM ALGODÃO.	13	UND	35,67	463,71	0,01
55	FITA PARA MARCAÇÃO DE QUADRA DE VÔLEI DE AREIA CONFECCIONADA COM FIO DE POLIPROPILENO TRANÇADO COM 4 CM DE LARGURA APROPRIADA	9	UND	105,71	951,39	0,50


Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
	PARA DEMARCAR QUADRAS COM TAMANHO OFICIAL 16MX8M.					
56	GARRAFINHAS SQUEEZE, PERSONALIZADA COM LOGO DA SECRETARIA, PREFEITURA MUNICIPAL E LOGO DO EVENTO. CAPACIDADE DE 900ML - MATERIAL:PLÁSTICOPOLIPROPILENO; POSSUI DETALHE EM RELEVO NA PARTE SUPERIOR E TAMPA DE BICO(PLÁSTICO) ROSQUEÁVEL. MEDIDAS: 5,5 CM DE DIÂMETRO (BOCA), 7,5 CM DE DIÂMETRO (BASE) POR 26 CM DE ALTURA. PESO: 70 GRAMAS	1.100	UND	17,73	19.503,00	0,01
57	JOGO DE XADREZ COM 32 PEÇAS E TABULEIRO, EM ESTOJO DE MADEIRA, TAMANHO: 16X32X6CM.	68	UND	95,90	6.521,20	0,01
58	KIT 5 FAIXA ELÁSTICA MINI BAND MATERIAL: LÁTEX; MEDIDAS: COMPRIMENTO DE 30CM X LARGURA DE 5CM (SEM ESTICAR); ESPESSURA VARIA DE 0,35MM A 1,1MM CONFORME A RESISTÊNCIA; INTENSIDADE/RESISTÊNCIA: VERDE: 2-5 KG; AZUL: 5-7 KG; AMARELA: 7-9 KG; VERMELHA: 9-14 KG; PRETA: 16-18 KG.	50	KIT	60,00	3.000,00	0,01
59	KIT BANDEIRAS DE ESCANTEIO, FUTEBOL DE CAMPO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:TAMANHO: 1,50 M, MATERIAL PVC BASE RESISTENTE PARA FIXAÇÃO. MOLAS FIXADAS A BASE. BANDEIRAS REMOVÍVEIS FABRICADAS EM TECIDO POLIÉSTER.CONTÉM 04 BANDEIRINHAS.	2	KIT	410,26	820,52	0,50
60	KIT CESTO COM 06 SQUEEZE CONFECCIONADA EM PLÁSTICO, CONTENDO UM CESTO DE ALÇA RETRÁTIL, FACILITANDO O TRANSPORTE, COM CAPACIDADE DE 06 SQUEEZE. CADA GARRAFINHA (SQUEEZE) COM CAPACIDADE PARA 1 LITRO, COM TAMPAS ROSQUEÁVEIS E VÁLVULAS AUTOMÁTICA.	8	UND	142,35	1.138,80	0,50
61	KIT DE BOLA DE TÊNIS DE MESA CONTENDO 6 (SEIS) BOLAS, EM CADA KIT, NO TAMANHO OFICIAL DE 40 MM.	110	KIT	54,79	6.026,90	0,01
62	KIT DE TACO DE BETS OU TACOBOL EM MADEIRA, CASINHA EM MADEIRA ESTILO TRIPÉ, BOLINHAS EM BORRACHA E TACOS COM EMPUNHADURA EMBORRACHADA.	15	UND	42,39	635,85	0,01

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
63	<p>KIT DE TROFÉU PERSONALIZADO DE CAMPEÃO E VICE-CAMPEÃO.</p> <p>. CONTENDO 2 (DOIS) TROFÉUS. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA DE 35CM, LARGURA DE 14CM, ESPESSURA 8CM E PESO 521G. COM BASE MDF COM TEXTURA MADEIRADO RECORTADO À LASER. COLUNA MDF COM TEXTURA MADEIRADO RECORTADO À LASER. ACRÍLICO ESPELHADO DOURADO (CAMPEÃO) E PRATA (VICE-CAMPEÃO) RECORTADO À LAZER. ETIQUETAS EM VINIL COM IMPRESSÃO DIGITAL, SENDO A INFERIOR ESCRITO CAMPEÃO PARA O TROFÉU DE CAMPEÃO E VIC-CAMPEÃO PARA O TROFÉU DE VICE-CAMPEÃO E A CENTRAL IMPRESSA A ARTE ENVIADA PELA SECRETARIA NO ATO DO PEDIDO, CONFORME MODELO ABAIXO.</p> 	160	KIT	348,00	55.680,00	0,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
						
64	<p>KIT DE TROFEU PERSONALIZADO DE CAMPEAO E VICE-CAMPEAO: CONTENDO 2 (DOIS) TROFEUS, BASE EM MDF COM PINTURA PRETO BRILHO, COLUNA MDF COM TEXTURA MADEIRADO RECORTADO A LASER, ACABAMENTO EM VINIL PADRAO DOURADO PARA O TROFEU DE CAMPEAO E PRATA PARA O TROFEU VICE-CAMPEAO COM IMPRESSAO DIGITAL ARTISTICA. ACESSORIO EM PS OU ACRILICO PRETO RECORTADO A LAZER. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA 30CM, LARGURA 20CM, ESPESSURA 8CM E PESO 620G. ETIQUETAS EM VINIL COM IMPRESSAO DIGITAL, SENDO A INFERIOR ESCRITO CAMPEAO PARA O TROFEU DE CAMPEAO E VICE - CAMPEAO PARA O TROFEU DE VICE - CAMPEAO E A CENTRAL IMPRESSA A ARTE ENVIADA PELA SECRETARIA NO ATO DO PEDIDO, CONFORME MODELO ABAIXO.</p>	80	KIT	386,67	30.933,60	0,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
						

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
65	KIT GOLZINHO (FUTEBOL) COM TRAVES DESMONTÁVEIS DE METAL COM PINTURA ELETROSTÁTICA, MED.: 50X80 CM, ACOMPANHADO DE UM PAR DE REDES.	7,00	PAR	238,25	1.667,75	0,50
66	MASCOTE OFICIAL INSITITUCIONAL SEMELJINHO ABRANGENDO: CABEÇA ESCULPIDA FORMATO DE ARARA E FIBRADA COM ACABAMENTO EM TECIDO; ROSTO ESCULPIDO E FIBRADO COM ACABAMENTO EM TECIDO; CORPO ESTRUTURADO COM DEFINIÇÃO MUSCULAR, PERNAS DEFINIDAS NA COR AMARELA E BRAÇOS NA COR AZUL COM DETALHES ESTRUTURADO REPRODUZINDO ASAS E PENAS, ARTICULADOS PARA MOVIMENTAÇÃO; RABO EM ESPUMA REVESTIDO EM TECIDO PELÚCIA ESTRUTURADO REPRODUZINDO AS PENAS, COM SEGUIMENTO NAS CORES AZUIS E VERDE; CALÇADO EM FORMATO DE TÊNIS NAS CORES CREME COM DETALHES PRETOS; CAMISETA BRANCA INSCRITA SEMELJINHO NA PARTE FRONTAL E BERMUDA PRETA; OLHOS RESINADOS; BICO PRETO ESTRUTURADO. ALTURA TOTAL APROXIMADA ENTRE 1,60 M E 1, 75 M; MATERIAL EXTERNO EM PELÚCIA DE ALTA QUALIDADE, RESISTENTE, DE FÁCIL LIMPEZA, NAS CORES VERDE, AZUL, AMARELA E PRETA, CONFORME MODELO; MATERIAL INTERNO: ESTRUTURA EM ESPUMA E MOLDURA LEVE, GARANTINDO CONFORTO E SEGURANÇA PARA O USUÁRIO INTERNO; EXPRESSÃO FACIAL: OLHOS GRANDES E AMIGÁVEIS, BICO SORRIDENTE, TRANSMITINDO SIMPATIA E PROXIMIDADE, CONFORME MODELO ABAIXO.	1	UND	5.717,38	5.717,38	10,00

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
						

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
						
67	<p>MEDALHA PERSONALIZADA DE 1º LUGAR NA COR OURO</p> <p>CONFECCIONADA EM MATERIAL ZAMAC COR OURO. SENDO FRENTE EM BORDAS ALTO RELEVO, EM BAIXO E ALTO RELEVO NA COR DOURADA, NOME VAZADO EM ALTO RELEVO CONFORME LAYOUT NO ATO DO PEDIDO. VERSO NA COR DOURADA, LOGO DA SECRETARIA EM BAIXO E ALTO RELEVO NO ESPAÇO CENTRAL. TAMANHO MÍNIMO DA MEDALHA 7CM ALTURA E 8CM DE LARGURA; PESO MÍNIMO: 60G; ESPESSURA MÍNIMA DE 2MM; FITAS EM POLIÉSTER PERSONALIZADAS MEDINDO 80 CM DE COMPRIMENTO E 2,5 CM LARGURA, BASE DA FITA NA COR DOURADA.</p>	1.320	UND	40,92	54.014,40	0,01


Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
	MODELO A DEFINIR JUNTO A EMPRESA VENCEDORA NO PEDIDO.					
68	MEDALHA PERSONALIZADA DE 2º LUGAR NA COR PRATA: CONFECCIONADA EM MATERIAL ZAMAC COR PRATA: SENDO FRENTE EM BORDAS ALTO RELEVO, EM BAIXO E ALTO RELEVO NA COR PRATA, NOME VAZADO EM ALTO RELEVO CONFORME LAYOUT NO ATO DO PEDIDO. VERSO NA COR PRATA, LOGO DA SECRETARIA EM BAIXO E ALTO RELEVO NO ESPAÇO CENTRAL. TAMANHO MÍNIMO DA MEDALHA 7CM ALTURA E 8CM DE LARGURA; PESO MÍNIMO: 60G; ESPESSURA MÍNIMA DE 2MM; FITAS EM POLIÉSTER PERSONALIZADAS MEDINDO 80 CM DE COMPRIMENTO E 2,5 CM LARGURA, BASE DA FITA NA COR PRATA. MODELO A DEFINIR JUNTO A EMPRESA VENCEDORA NO PEDIDO.	1.320	UND	40,92	54.014,40	0,01
69	MEDALHA PERSONALIZADA DE 3º LUGAR NA COR BRONZE CONFECCIONADA EM MATERIAL ZAMAC COR BRONZE. SENDO FRENTE EM BORDAS ALTO RELEVO, EM BAIXO E ALTO RELEVO NA COR BRONZE, NOME VAZADO EM ALTO RELEVO CONFORME LAYOUT NO ATO DO PEDIDO. VERSO NA COR BRONZEADA, LOGO DA SECRETARIA EM BAIXO E ALTO RELEVO NO ESPAÇO CENTRAL. TAMANHO MÍNIMO DA MEDALHA 7CM ALTURA E 8CM DE LARGURA; PESO MÍNIMO: 60G; ESPESSURA MÍNIMA DE 2MM; FITAS EM POLIÉSTER PERSONALIZADAS MEDINDO 80 CM DE COMPRIMENTO E 2,5 CM LARGURA, BASE DA FITA NA COR BRONZE. MODELO A DEFINIR JUNTO A EMPRESA VENCEDORA NO PEDIDO.	720	UND	40,92	29.462,40	0,01
70	MESA PARA TÊNIS DE MESA TAMANHO OFICIAL COM 2,74 M DE COMPRIMENTO, 1,525 M DE LARGURA E 0,76 M DE ALTURA, TAMPO EM MDF DE 15 MM; ACABAMENTO EM PRIMER AZUL COM LINHAS DEMARCATÓRIAS BRANCAS; PÉS REFORÇADOS EM MADEIRA MACIÇA, COM RODINHA PARA TRANSPORTE; ACOMPANHA KIT COMPLETO PARA JOGO (1 REDE COM SUPORTE, 3 BOLAS E 2 RAQUETES).	12	UND	4.046,08	48.552,96	5,00
71	PAR DE REDE DE FUTSAL OFICIAL , FIO DE POLIETILENO (100% SEDA PP); COM 6 MM	13	PAR	563,00	7.319,00	1,00


Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
	TRANÇADO REFORÇADO; 12 X 12CM; VISTA FRONTAL 3,20X2,10M; VISTA LATERAL 2,10X1,40X0,60CM; COM TRATAMENTO ULTRAVIOLETA (UV).					
72	PAR DE REDES DE BASQUETE OFICIAL MATERIAL SEDA, 6 MM. QUANTIDADE DE ALÇAS: 12	4	PAR	149,00	596,00	0,50
73	PESO DE ATLETISMO EM AÇO 2 KG, DESTINADO AO ARREMESSO, INDICADO PARA TREINAMENTOS E COMPETIÇÕES. POSSUI ACABAMENTO RÍGIDO EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO, NÚCLEO DE CHUMBO, FORMATO ESFÉRICO, SUPERFÍCIE TOTALMENTE LISA E PESO PRECISO, GARANTINDO EQUILÍBRIO ADEQUADO. PRODUTO OFICIAL, EM CONFORMIDADE COM AS REGRAS DA IAAF. DIÂMETRO APROXIMADO: 82 MM.	8	UND	80,00	640,00	0,01
74	PESO DE ATLETISMO EM AÇO 3 KG, COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 88 MM, DESTINADO AO ARREMESSO. INDICADO PARA TREINAMENTOS E COMPETIÇÕES. POSSUI ACABAMENTO RÍGIDO EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO, NÚCLEO DE CHUMBO, FORMATO ESFÉRICO, SUPERFÍCIE TOTALMENTE LISA E PESO PRECISO, GARANTINDO EQUILÍBRIO ADEQUADO. PRODUTO OFICIAL, EM CONFORMIDADE COM AS REGRAS DA IAAF.	8	UND	194,67	1.557,36	0,50
75	PESO DE ATLETISMO EM AÇO 5 KG (AVANÇADO), COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 119 MM, DESTINADO AO ARREMESSO. PRODUTO DE ALTO RENDIMENTO, COM ACABAMENTO RÍGIDO EM AÇO GALVANIZADO E PINTURA ESPECIAL QUE IMITA FERRO QUEIMADO, NÚCLEO DE CHUMBO, PESO E DIÂMETRO PRECISOS, FORMATO ESFÉRICO E EQUILÍBRIO ADEQUADO. SUPERFÍCIE TOTALMENTE LISA, COM GRIP SUAVE PRÓPRIO DO MATERIAL, DENTRO DOS LIMITES PERMITIDOS PELA WA-IAAF. PRODUTO OFICIAL, CERTIFICADO PELA WA-IAAF.	5	UND	209,06	1.045,30	0,50
76	PESO DE ATLETISMO EM FERRO 1 KG (ECONÔMICO), DESTINADO AO ARREMESSO, INDICADO PARA TREINAMENTO. FABRICADO EM FERRO GALVANIZADO E PINTADO, COM NÚCLEO DE CHUMBO. POSSUI FORMATO ESFÉRICO PRECISO E ACABAMENTO LEVEMENTE RUGOSO, SEM RANHURAS, DEFEITOS, FENDAS OU SALIÊNCIAS. VARIAÇÃO DE PESO PERMITIDA: ATÉ 70 GRAMAS.	8	UND	77,30	618,40	0,01

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
77	PLACAR DE MESA MARCADOR CONTADOR DE PONTOS MANUAL DOBRÁVEL, POSSUI SISTEMA ARTICULADO E PINO DE TRAVA PARA SER APOIADO NA MESA. LEVE E DOBRÁVEL, POSSUI FORMATO FECHADO DE PASTA PARA FACILITAR O TRANSPORTE. MARCAÇÃO DE 7 SETS ATÉ 31 PONTOS- NUMERAÇÃO: 1 A 31 PONTOS. SETS: 1 AO 7. OS NÚMEROS SÃO ESTAMPADOS NA FRENTE E NO VERSO DA PLACA, SE UM NÚMERO ESTIVER DE UM LADO, O OUTRO LADO ESTARÁ IGUAL. COMPOSIÇÃO: PVC RÍGIDO DIMENSÕES APROXIMADAS: 20 X 39 X 19 CM.	12	UND	138,00	1.656,00	0,50
78	POSTE REDE VOLÊI DE PRAIA MATERIAL FERRO GALVANIZADO. TAMANHO: OFICIAL.2 UNIDADES. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM GUINCHO E ROLDANA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO COM PINTURA QUE GARANTA RESISTÊNCIA A MAREIA PARA MAIOR DURABILIDADE, O SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA PERMITE AJUSTES DE 1,70M A 2,43M, COM CATRACA PARA ESTIRAR A ALTURA DAS REGULAGENS: 1,70M, 1,80M, 2,20M, 2,24M, 2,43M LIVRES + 55 PARA FIXAÇÃO. ALTURA TOTAL: 3 METROS MATERIAL: AÇO CARBONO 3 PAREDE DE 2,0 MM.	8	UND	1.389,66	11.117,28	5,00
79	PRANCHETA MAGNÉTICA- MODALIDADE DE FUTSAL CONFECCIONADA COM NÚCLEO RÍGIDO DE PAPELÃO, LÂMINA METÁLICA E REVESTIMENTO PLÁSTICO, POSSUI ALTA DURABILIDADE E PRATICIDADE NO USO. ACOMPANHA UM CLIP PARA A FIXAÇÃO DE PAPÉIS, CANETA DE QUADRO COM SUPERFÍCIE DE APAGADOR, E JOGO DE IMÃS QUE SIMULAM OS JOGADORES DA MODALIDADE E A BOLA. DIMENSÕES: ESPESSURA: 2,5 CM / LARGURA: 23 CM / COMPRIMENTO: 36 CM / PESO: 0,6 KG.	15	UND	225,51	3.382,65	0,50
80	PROTETOR TORAX KARATÊ OFICIAL CBK - TAMANHO G PROTETOR DE TÓRAX APROVADO CBK OU WKF, CONFECCIONADO EM TECIDO DE MICROFIBRA NA PARTE EXTERNA E TECIDO TELADO NO INTERIOR, COM FECHAMENTO NOS COSTAS POR VELCRO E ELÁSTICOS, COM ENCHIMENTO COM ESPUMA EXPANDIDA DE NO MÍNIMO 20 MM, COM DIVISÃO EM GOMOS, COM SELO DE HOMOLOGAÇÃO CBK OU WKF E COR BRANCO.	20	UND	266,18	5.323,60	0,50


Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
81	PROTETOR TORAX KARATÊ OFICIAL CBK TAMANHO M PROTETOR DE TÓRAX APROVADO CBK OU WKF, CONFECCIONADO EM TECIDO DE MICROFIBRA NA PARTE EXTERNA E TECIDO TELADO NO INTERIOR, COM FECHAMENTO NAS COSTAS POR VELCRO E ELÁSTICOS, COM ENCHIMENTO COM ESPUMA EXPANDIDA DE NO MÍNIMO 20 MM, COM DIVISÃO EM GOMOS, COM SELO DE HOMOLOGAÇÃO CBK OU WKF E COR BRANCA.	25	UND	266,18	6.654,50	0,50
82	RAQUETE PARA TÊNIS DE MESA CONFECCIONADA EM MADEIRA E RECOBERTA COM BORRACHA SINTÉTICA DE 1,5MM DE ESPESSURA, TAMANHO OFICIAL: M14,4CMX25,7CMX1CM.	79	UND	154,92	12.238,68	0,50
83	REDE DE BEACH TENNIS, OFICIAL MALHA DE 5CM ENTRE NÓS; ? FIO DE NYLON 2,0MM 100% VIRGEM, COM TRATAMENTO ANTI-UV; ? LONAS DE TOLDO IMPERMEÁVEL, COM TRATAMENTO ANTI-DESBOTAMENTO; ? MEDIDAS: 8,20M DE COMPRIMENTO POR 1,00M DE ALTURA.	4	UND	487,00	1.948,00	0,50
84	REDE DE VÔLEI DE PRAIA PERSONALIZADA, FIO 2,5MM, PP - SEDA COM 02 FAIXA DE PVC, MALHA 10X10, FAIXAS LATERAIS DE 25 CM (LARGA). MEDIDAS: 1,00M X 8,50M. PERSONALIZADA NA PARTE SUPERIOR, INFERIOR E NAS LATERAIS. CORES E LOGO A SER DEFINIDO NO PEDIDO.	7	UND	312,08	2.184,56	0,50
85	REDE DE VOLEIBOL OFICIAL 4 FAIXAS EM POLIPROPILENO (SEDA) CONFECCIONADA COM FIO 2 DE POLIPROPILENO (SEDA) DE ALTA RESISTÊNCIA, MALHA 10, COM 4 FAIXAS DE ALGODÃO, TAMANHO DE 9,50CM X 1,0M (LARGURA X ALTURA), TAMANHO DA EMBALAGEM EM 13CMX25CMX30CM	10	UND	871,98	8.719,80	1,00
86	REDE PARA FUTEBOL DE CAMPO EM NILON SENDO 67% EM POLIETENO (PEAD) E 33% POLIPROPILENO (SEDA) COM FIO 4 MM TRANÇADO, MALHA 12CMX12CM, VISTA FRONTAL 7,50X200X80CM, COM TRATAMENTO UV	15	PAR	1.307,50	19.612,50	5,00
87	REDE PARA FUTEBOL SOCIETY, COMPOSIÇÃO: FIO 4,0MM DE NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA, MALHA 14CM TAMANHO: (LXA) 5,00X2,30 M LATERAL: SUPERIOR/INFERIOR 1,50 M CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 2 UNIDADES PRODUTO DESENVOLVIDO	13	PAR	1.163,33	15.123,29	5,00

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
	ESPECIALMENTE PARA O FUTEBOL SOCIETY. SENDO FUNDAMENTAL UMA REDE DE QUALIDADE PARA BALANÇA-LA A CADA NOVO GOL MARCADO.					
88	REDE PARA TÊNIS DE MESA COM SUPORTE. REDE DE NYLON, TAMANHO OFICIAL 15CMX1,8M (ALTURA LARGURA), SUPORTE EM AÇO REFORÇADO COM SISTEMA DE FIXAÇÃO ROSQUEÁVEL.	24	UND	146,15	3.507,60	0,50
89	SACO REDE PARA GUARDAR BOLAS APROXIMADAMENTE 35 BOLAS FUTEBOL/FUTSAL/VÔLEI/BASQUETE) CONFECCIONADO COM FIO 4,0MM DE POLIPROPILENO (NYLON) GARANTINDO MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE E COM FECHO.	25	UND	83,13	2.078,25	0,01
90	SACOCILAS MEDINDO 30X40CM NA COR PRETA PERSONALIZADA COM A LOGO DA SECRETARIA, PREFEITURA MUNICIPAL E LOGO DO EVENTO. COM ARTE CENTRALIZADA; SENDO LISA OU COLORIDA MEDIDA 30X40CM. CONFECCIONADA EM TECIDO OXFORD 100% POLIESTER, ESTAMPADA POR SUBLIMAÇÃO, COM ALÇAS EM CORDÃO DE NYLON DOS DOIS LADOS E ACABAMENTO EM ILHÓS.	1.200	UND	46,55	55.860,00	0,01
91	TROFÉU PERSONALIZADO CAMPEONATO BARRÃO CONTENDO 4 TROFÉUS: MEDIDAS APROXIMADAS: CAMPEÃO- ALTURA 60 CM, LARGURA 36CM, BASE LARGURA 20,3CM; VICE-CAMPEÃO- ALTURA 55 CM, LARGURA 33,5CM, BASE LARGURA 18,5CM; 3º LUGAR ALTURA 50CM, LARGURA 30,5CM, BASE LARGURA 17CM E 4º LUGAR ALTURA 45CM, LARGURA 27,5CM E BASE LARGURA 15,3CM. MATERIAL DA TAÇA FEITA EM RESINA COM PROCESSO EM GALVANIZAÇÃO NA COR PRATA BRILHANTE. POLIDO COM BRILHO METÁLICO. GRAVADA O DESENHO DE BOLA E O NOME DO CAMPEONATO BARRÃO 2026 E LOGO ABAIXO EM CADA TROFÉU E SUA RESPECTIVA COLOCAÇÃO: CAMPEÃO, VICE-CAMPEÃO, 3ºLUGAR E 4º LUGAR. MODELO COM INSPIRAÇÃO TAÇA DA CHAMPIONS LEAGUE, CONFORME MODELO ABAIXO.	1	KIT	1.563,89	1.563,89	5,00


Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
						


Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
	 <p style="text-align: center;">CAMPEÃO VICE-CAMPEÃO 3º LUGAR 4º LUGAR</p>					
92	<p>TROFÉU PERSONALIZADO DE ARTILHEIRO OU ARTILHEIRA, COLUNA MDF COM TEXTURA MADEIRADO RECORTADO À LASER, METAL INOX RECORTADO À LASER, ACRÍLICO ESPELHADO DOURADO RECORTADO À LASER, MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA: 25CM; LARGURA 12CM; ESPESSURA 5CM E PESO 370G. ETIQUETAS EM VINIL COM IMPRESSÃO DIGITAL SENDO A ARTE ENVIADA PELA SECRETARIA NO ATO DO PEDIDO, CONFORME MODELO ABAIXO.</p>	155	UND	333,18	51.642,90	0,50


Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
						

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
						

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
						
93	<p>TROFÉU PERSONALIZADO DE CAMPEÃO E VICE - CAMPEÃO: CONTENDO 2 (DOIS) TROFÉUS, BASE EM MDF COM PINTURA PRETO BRILHO, COLUNA MDF COM TEXTURA MADEIRADO RECORTADO À LASER, ACABAMENTO EM VINIL PADRÃO OURO PARA O TROFÉU DE CAMPEÃO E PADRÃO PRATA PARA O TROFÉU VICE-CAMPEÃO COM IMPRESSÃO DIGITAL ARTÍSTICA. ACESSÓRIO EM PS OU ACRÍLICO PRETO RECORTADO À LASER. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA 30CM, LARGURA 20CM, ESPESSURA 8CM E PESO 620G. ETIQUETAS EM VINIL COM IMPRESSÃO DIGITAL, SENDO A INFERIOR ESCRITO CAMPEÃO PARA O TROFÉU DE CAMPEÃO E VICE - CAMPEÃO PARA O TROFÉU DE VICE - CAMPEÃO E A CENTRAL IMPRESSA A ARTE ENVIADA PELA SECRETARIA NO ATO DO PEDIDO, CONFORME MODELO ABAIXO.</p>	140	KIT	445,44	62.361,60	0,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
						

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
94	<p>TROFÉU PERSONALIZADO DE GOLEIRO (MENOS VAZADO). ESTRUTURA EM COLUNA DE MDF COM TEXTURA MADEIRADO, RECORTADA A LASER; DETALHES EM METAL INOX RECORTADO A LASER; ACABAMENTO EM ACRÍLICO ESPELHADO DOURADO, RECORTADO A LASER. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA 25 CM, LARGURA 12 CM, ESPESSURA 5 CM; PESO: 363 G. INCLUI ETIQUETAS EM VINIL COM IMPRESSÃO DIGITAL, COM ARTE FORNECIDA PELA SECRETARIA NO ATO DO PEDIDO, CONFORME MODELO ABAIXO.</p> 	155,00	UND	429,49	66.570,95	0,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
						
95	<p>TROFÉU PERSONALIZADO PARA HOMENAGENS. MATERIAL: ACRÍLICO 100% VIRGEM. FORMATO DE ESTRELA COM BASE RETANGULAR PODENDO SER SOLICITADO ADESIVO NA COR DOURADO. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA 16,5 CM; LARGURA 14 CM; PROFUNDIDADE 6 CM; ESPESSURA: 4 MM. PERSONALIZAÇÃO: CONFORME ARTE E TEXTO INDICADOS PELA SECRETARIA, DE ACORDO COM CADA EVENTO REALIZADO, CONFORME MODELO ABAIXO.</p>	140	UND	277,48	38.847,20	0,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
						
96	<p>TROFÉU PERSONALIZADO PARA MODALIDADES INDIVIDUAIS.</p> <p>MATERIAL: METAL FUNDIDO TIPO ZAMAC, COM ACABAMENTO EM TONALIDADE OURO ENVELHECIDO.</p> <p>FORMATO: CIRCULAR (OVALADO) COM BASE RETANGULAR. ALTURA TOTAL APROXIMADA: 17 A 20 CM. LARGURA DA PARTE CIRCULAR: APROXIMADAMENTE 12 A 14 CM. BASE: ALTURA MÉDIA DE 2,5 A 3 CM, LARGURA DE 12 A 14 CM E PROFUNDIDADE DE 3 A 4 CM.</p> <p>GRAVAÇÃO: EM ALTO RELEVO, COM PINTURA E POLIMENTO QUE REALÇAM O EFEITO TRIDIMENSIONAL. PERSONALIZAÇÃO: CONFORME ARTE E TEXTO INDICADOS PELA SECRETARIA, DE ACORDO COM CADA EVENTO REALIZADO, CONFORME MODELO ABAIXO.</p>	370	UND	190,00	70.300,00	0,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
						
97	<p>TROFÉU PERSONALIZADO PARA PREMIAÇÕES EM MODALIDADES INDIVIDUAIS. MATERIAL: BASE CONFECCIONADA EM MDF RETANGULAR COM ACABAMENTO LISO E PINTURA AUTOMOTIVA OU PU FOSCA; PLACA FRONTAL EM ACRÍLICO TRANSPARENTE DE 3 MM, FORMATO OVAL, ADESIVADA EM VINIL IMPRESSO COLORIDO, PROPORCIONANDO EFEITO BRILHANTE E DURÁVEL. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA TOTAL: 18 CM; LARGURA TOTAL: 14 CM; ESPESSURA MÉDIA: 3,5 CM. PERSONALIZAÇÃO: CONFORME ARTE E TEXTO FORNECIDOS PELA SECRETARIA DE ACORDO COM O EVENTO, CONFORME MODELO ABAIXO.</p>	350	UND	190,00	66.500,00	0,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
						

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance

Valor Total Estimado: 1.210.253,

1.1.2 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS:

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
98	BLOCO DE PARTIDA PARA ATLETISMO DE ALUMÍNIO ATE PISTA E CAMPO. COM 700 MM DE COMPRIMENTO X 62 MM DE LARGURA. TRILHO CENTRAL E APOIOS DE ALUMÍNIO. PESO MÍNIMO DE 6,13KG. AJUSTE DE INCLINAÇÃO (4 POSIÇÕES). AJUSTE DE DISTÂNCIA (14 POSIÇÕES). APOIOS PARA OS PÉS COM REVESTIMENTO DE BORRACHA PRETA COM PINTURA NA COR VERMELHA. ACOMPANHA 12 PREGOS REMOVÍVEIS (PODEM SER SUBSTITUÍDOS POR QUALQUER MODELO UTILIZADO EM SAPATILHA) E 3 PINOS DE 150MM PARA FIXAÇÃO EM PISTA.	8	UND	1.048,33	8.386,64	5,00
99	DISPARADOR SONORO E VISUAL PARA LARGADA ATLETISMO. CONFECCIONADO EM MADEIRA COM DUAS ABAS PRESAS POR DOBRADIÇAS, DUAS PLACAS DE ACRÍLICO EM FORMATO MEIA-LUA E DUAS ALÇAS DE AÇO DANDO MAIOR FIRMEZA PARA DISPARO.	1	UND	221,06	221,06	0,50
100	EQUIPAMENTO DE SOM-SISTEMA DE PA VERTICAL ATIVO - SISTEMA DE SOM TIPO PA (PUBLIC ADDRESS) VERTICAL, MODELO TORRE ATIVA, COM SUBWOOFER INTEGRADO. FINALIDADE: DESTINADO À AMPLIFICAÇÃO SONORA EM EVENTOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE, COM COBERTURA ADEQUADA PARA AMBIENTES DE ATÉ TIPO DE ALTO-FALANTE: WOOFER E FULL RANGE. ESTRUTURA: SISTEMA DE CAIXA COLUMNA ATIVA (VERTICAL LINE ARRAY). SISTEMA DE ÁUDIO: 3 VIAS (GRAVES, MÉDIOS E AGUDOS). POTÊNCIA TOTAL: MÍNIMA DE 600W RMS. ALTO-	2	UND	16.308,67	32.617,34	20,00

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
	FALANTES: 4 (QUATRO) UNIDADES DE 4" PARA MÉDIOS/AGUDOS; 1 (UMA) UNIDADE DE 3" PARA COMPLEMENTAÇÃO DE FAIXA; 1 (UM) SUBWOOFER ATIVO DE 12". AMPLIFICAÇÃO: TECNOLOGIA CLASSE D COM PROCESSADOR DE SINAL DIGITAL (DSP) INTEGRADO, LEITORES SD CARD/USB + BLUETOOTH, . ENTRADAS DE ÁUDIO: MÍNIMO DE 1 (UM) CANAL ESTÉREO COM CONECTOR XLR COMBO P10. FUNÇÕES ADICIONAIS: EFEITOS DE VOZ E CONTROLE DE TONALIDADE. PERMITIR INTERLIGAÇÃO ENTRE DUAS COLUNAS PARA EXPANSÃO DO SISTEMA. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: BIVOLT AUTOMÁTICA (100/240V). LOCAL DE INSTALAÇÃO: PISO (SISTEMA GROUNDSTACK). COR PREDOMINANTE: PRETA. GABINETE EM MATERIAL RESISTENTE (MADEIRA OU POLÍMERO DE ALTA DENSIDADE). EFICIÊNCIA SONORA COM ALTA FIDELIDADE E BOA DISPERSÃO VERTICAL. MODELO DE REFERÊNCIA BOXX CO2.					
101	GRADIL MÓVEL DE CONTENÇÃO EM AÇO-CARBONO CANTOS SUPERIORES ARREDONDADOS, REQUADRO E PÉS EM TUBO DE 1.1/4 PARTE DE 1,20 MM, TRAVESSA VERTICAL CENTRAL EM FERRO REDONDO MACIÇO DE 5/16, ALTURA 1200 MM, COMPRIMENTO 2000 MM, JUNÇÃO LATERAL ATRAVÉS DE PEÇA OLHAL + PINO EM FERRO REDONDO. PESO DA PEÇA APROXIMADO 11,50 KG. ACABAMENTO EM GALVANIZAÇÃO A FOGO CONFORME NORMA NBR.	25	UND	937,50	23.437,50	1,00
102	PÚLPITO PORTÁTIL CONFECCIONADO EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, ENTRE 8MM E 10MM DE ESPESSURA, INTEIRIÇO, CONTENDO UMA PRATELEIRA DE APOIO COM PORTA MICROFONE E PORTA COPO, BASE SUPERIOR INCLINADA ENTRE 20º A 30º COM ABA, SISTEMA DE RODÍZIO COM TRAVAS DE SILICONE ANTI RISCO E IMPRESSÃO DIGITAL UV DE LOGO DA SEMELJU E PREFEITURA NA PARTE FRONTAL. MEDIDAS APROXIMAS: ALTURA: 110 CM A 120CM LARGURA: 20 CM A 30 CM BASE SUPERIOR: 50 CM A 60 CM BASE INFERIOR: 40	1	UND	2.984,13	2.984,13	5,00

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lance
	CM A 50 CM. MARCA DE REFERÊNCIA: ACRÍLICOS FUTURA.					

Valor Total Estimado: 67.646,67

1.2 Os **valores estimados** para a presente contratação foram apurados mediante pesquisa de preços realizada em conformidade com a legislação vigente, contemplando levantamento junto a **fornecedor local, consultas ao Banco de Preços e ao sistema BDS (Cesta de Preços)**, conforme registros de IDs nº 560217, 560220 e 581341, cujos documentos comprobatórios encontram-se devidamente anexados ao processo administrativo.

Essa **metodologia** está em estrita conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, notadamente seus **arts. 6º, 17 e 23**, que estabelecem a exigência de uma **estimativa de valores fundamentada** e a **justificativa da despesa**, elementos essenciais para assegurar a **transparência, economicidade e eficiência** na contratação pública. A utilização da pesquisa de mercado e de registros de preços oficiais confere **confiabilidade** aos valores estimados, viabilizando à Administração Pública a correta **programação orçamentária** e o **planejamento da contratação**, em observância aos princípios da **legalidade, impessoalidade e publicidade**.

Portanto, a presente estimativa encontra-se **devidamente fundamentada**, satisfazendo todos os requisitos legais e normativos aplicáveis, e constitui uma base sólida para a condução do procedimento licitatório e para fins de auditoria.

2. DA VIGÊNCIA

2.1 O Prazo de vigência do instrumento Contratual será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser alterada ou prorrogada, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/2021.

2.1.2 Por tratar-se de registro de preços com validade de 12 (doze) meses, considerando que este prazo venha a atingir mais de um exercício, e que caso os empenhos efetuados não podem ser utilizados em diferentes exercícios, logo estes empenhos poderão ser cancelados em 31/12/2026, devendo serem efetuados novos empenhos no exercício seguinte.

2.1.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. DA NATUREZA DO OBJETO

3.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 29/2024.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "B", DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

4.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "C", E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

5.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

6.1.1 Sustentabilidade:

6.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações e Sustentáveis – CGU.

6.1.1.2 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

6.1.1.3 Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento e;

6.1.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.1.1.5 Os materiais e equipamentos esportivos ofertados deverão possuir certificações e/ou conformidade com as normas expedidas pelo INMETRO, bem como observar as normas técnicas da ISO aplicáveis ao objeto, assegurando padrões mínimos de qualidade, segurança e desempenho.

6.2 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

6.2.1 Na presente contratação NÃO será indicado marcas, características ou modelo(s).

6.3 Da vedação de contratação de marca ou produto:

6.3.1 Para a contratação do objeto NÃO haverá vedação ou restrições com relação ao emprego de marca ou produto de bens empregados em sua execução.

6.4 Da exigência de amostra:

6.4.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados, caso necessário.

6.4.2 As amostras deverão ser encaminhadas à Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste, situada na Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132, CEP 76993-000, Colorado do Oeste/RO, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da solicitação, ficando a empresa integralmente responsável pelo envio, bem como por eventuais atrasos na entrega.

6.4.3 É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação devidamente justificada pelo interessado, antes de findo o prazo.

6.4.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

6.4.5 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

6.4.5.1 Inspeção visual; e

6.4.5.2 Análise das fichas técnicas do produto.

6.4.6 A Administração poderá solicitar testes dos produtos junto aos seus fabricantes, para verificar a legitimidade do produto. A recusa da CONTRATADA a substituir os produtos reprovados nos testes será considerada descumprimento ao edital, sujeitando a mesma à aplicação da penalidade.

6.4.7 Após a análise técnica, a amostra aprovada não será devolvida e ficará em poder do órgão contratante, sendo que poderá ser descontada do quantitativo a ser entregue, considerando que, a Contratante não se responsabilizará por qualquer dano causado aos materiais, durante o período de análise.

6.4.8 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras não aprovadas deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **30 (trinta) dias úteis**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.4.9 As amostras colocadas à disposição da Administração serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.4.10 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.4.11 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste TR.

6.4.12. As amostras em plena validade deverão ser entregues identificadas com etiquetas autocolantes, constando o nome da empresa e o número do item a que se referem;

6.4.13. O licitante deverá apresentar amostras para os itens: **07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28.**

6.4.14 A comissão Técnica designada fará a análise dos produtos, verificando a sua compatibilidade as propostas comerciais, e emitirá um parecer devidamente fundamentado, aprovando ou contraindicando o(s) item(ns) cotado(s);

6.4.15 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.5 Da exigência de carta de solidariedade:

6.5.1 Na presente contratação, mesmo em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, a Administração Pública Municipal, entende não ser necessária a exigência da carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

6.6 Subcontratação:

6.6.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

a) Fica vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

b) A subcontratação parcial do fornecimento só será admitida mediante autorização prévia e expressa da Administração Municipal, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/21;

c) A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do eventual contrato

6.7 Garantia da contratação:

6.7.1 Fica a empresa contratada dispensada da apresentação de garantia contratual, conforme previsto no art. 96 da lei Federal 14.133/2021.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Condições de Entrega/Qualidade dos Produtos

7.1.1 De conformidade com os interesses da Administração Pública, será efetuado o fornecimento do objeto de forma **parcela única ou em quantitativo especificado pelo contratante** dos produtos objeto deste Edital.

7.1.2 Os materiais/equipamentos deverão ser entregues no prazo e local estabelecido na Ordem de Fornecimento/Requisição, ou conforme a necessidade de cada Secretaria.

7.1.3 O objeto deverá ser entregue no prazo máximo de **30 (trinta) dias** da apresentação da nota de empenho e apresentação de Ordem de Fornecimento/Requisição ao fornecedor, ou conforme a necessidade emitida pelo contratante.

7.1.4 Poderão ocorrer entregas extras ou emergenciais para suprir o aumento de demanda nas unidades esportivas, devendo o prazo de entrega, nestes casos específicos, ser acordado formalmente entre as partes.

7.1.5 Caso haja impossibilidade de entrega na data aprazada, a empresa deverá comunicar justificadamente com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**, para que o pedido de prorrogação seja analisado, ressalvados casos fortuitos ou de força maior.

7.1.6 Constatada a entrega em desacordo com as especificações ou em quantidade inferior, a empresa deverá realizar a substituição ou complementação em no máximo **48 (quarenta e oito) horas**.

7.1.7 Os materiais deverão observar as normas de qualidade do **INMETRO** e da **ABNT**, quando aplicáveis, atentando-se para:

7.1.7.1 **Embalagem:** Deve ser a original, estar em perfeito estado de conservação, sem violações, sinais de umidade ou avarias que comprometam a integridade do conteúdo.

7.1.7.2 **Rotulagem e Identificação:** O rótulo ou o corpo do produto deve conter, obrigatoriamente: nome do produto, marca, modelo, número de lote ou série, **data de fabricação claramente visível** e prazo de garantia ou validade (**mínimo de 12 meses**).

7.1.7.3 **Informações Técnicas:** Identificação clara do fabricante ou importador, com dados de contato, e presença de manuais com instruções de uso, segurança e montagem redigidos em **língua portuguesa**, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor.

7.1.8 A embalagem deve ser adequada à natureza do objeto, portanto, resistente ao peso, à forma e às condições de transporte. Além disso, as embalagens externas (secundárias) devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo);

7.1.9 O armazenamento e o transporte dos produtos deverão atender às especificações técnicas do produto (temperatura, calor, umidade, luz) e o(s) número(s) do(s) lote(s) ou item (s) fornecido(s).

7.1.10 Os materiais e equipamentos em desacordo com o Edital, seus anexos ou com a legislação técnica vigente serão rejeitados pelas Secretarias.

7.1.11 Os produtos objeto deste Termo de Referência deverão possuir **prazo de validade ou garantia de fabricação** não inferior a **12 (doze) meses**, a contar da data de entrega, devendo a **data de fabricação estar devidamente visível** para fins de conferência. No caso de **bens duráveis** (como materiais metálicos, equipamentos e itens de estrutura rígida), o referido prazo será aplicado integralmente como **garantia contra defeitos de fabricação**. Sempre que a certificação for compulsória para a categoria do item, o produto deverá apresentar registro vigente emitido pelo **INMETRO**, devidamente impresso em sua embalagem original ou gravado no corpo do item. A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de recusar produtos que descumpram o prazo estipulado, que omitam a data de fabricação ou que careçam da certificação legal exigida.

7.1.12 Na existência de produto cujo **prazo de validade ou garantia de fabricação** seja inferior a 12 (doze) meses, ou caso a certificação do **INMETRO** expire durante a vigência do contrato, o fornecedor deverá

apresentar **Carta de Compromisso** de retirada e substituição imediata, por lote novo, de todo o quantitativo que eventualmente venha a expirar nos estoques da unidade. Tal substituição ocorrerá sem ônus para a Administração, mediante prévio ajuste com o fiscal do contrato, garantindo que a unidade sempre disponha de materiais dentro do período de cobertura e conformidade legal.

7.1.13 Os itens devem ser **novos e de primeiro uso**, atendendo rigorosamente às especificações de material, peso, medidas e resistência detalhadas no Termo de Referência.

7.1.14 O transporte deve garantir a integridade física dos materiais e equipamentos, evitando danos por empilhamento excessivo, umidade ou exposição inadequada ao calor, especialmente para equipamentos eletrônicos ou materiais sensíveis.

7.1.15 A CONTRATADA, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte.

7.1.16 A Contratante se reserva ao direito de não receber os materiais e equipamentos entregues pelas empresas contratadas, caso não estejam em suas embalagens originais, apresentem sinais de violação ou que estejam em estado de conservação que suscitem dúvidas sobre a procedência dos mesmos, inclusive quanto às condições de transporte.

7.1.17 A empresa contratada deverá adotar modalidade de remessa dos materiais e equipamentos que permita a conferência no ato da entrega antes do ateste final do recebimento, seguindo as Boas Práticas de Transporte dos materiais/objetos. Além disso, deve disponibilizar no ato da entrega dos produtos, mão de obra em número suficiente, a fim de apoiar a retirada e conferência da carga.

7.1.18 O aceite dos produtos pela CONTRATANTE, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pela CONTRATADA, verificados posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

7.2 Garantia:

7.2.1 O prazo de garantia legal é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo da garantia contratual complementar oferecida pelo fabricante ou pela contratada.

7.2.2 O período total de **garantia** dos materiais e equipamentos esportivos não poderá ser inferior a **12 (doze) meses**, contados a partir da data de **recebimento definitivo** do objeto. Esta garantia deverá cobrir integralmente eventuais **defeitos de fabricação** ou **vícios de qualidade**, assegurando a assistência técnica direta do fabricante ou do fornecedor. Para fins de fiscalização, a **data de fabricação** deve estar claramente visível no produto ou em sua embalagem, servindo como parâmetro para a conferência da vida útil e validade da cobertura, especialmente para os **bens duráveis** integrantes deste Termo de Referência. Ocorrendo defeitos dentro deste prazo, o fornecedor deverá providenciar o reparo ou a substituição do item sem qualquer ônus adicional para a Administração.

7.2.3 Durante a vigência da garantia, a Contratada deverá manter um registro de intercorrências (base de conhecimento), contendo o histórico de reparos ou substituições. Deve ser assegurado à Secretaria o acompanhamento dos chamados, com informações sobre data/hora do registro, descrição do incidente, previsão de atendimento e solução aplicada.

7.2.4 A garantia consiste na **reparação ou substituição imediata**, por lote novo e sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, de itens que apresentem defeitos de fabricação, vícios de qualidade ou desajustes técnicos.

7.2.5 A garantia do objeto possui prazo de vigência próprio e independente do prazo de vigência do contrato administrativo, permitindo a aplicação de penalidades em caso de descumprimento mesmo após o encerramento da relação contratual.

7.2.6 Caso seja necessária assistência corretiva ou substituição de itens durante o período de garantia, a **CONTRATADA** terá o prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** para a resolução definitiva do problema, contados a partir da comunicação formal da **CONTRATANTE**.

7.2.7 Na hipótese de persistência de falhas em um mesmo item dentro de um período de 90 (noventa) dias, ou caso o reparo não seja concluído no prazo estabelecido, a Secretaria poderá exigir, conforme o Art. 18, §1º do Código de Defesa do Consumidor:

I - A substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

II - A restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada;

III - O abatimento proporcional do preço.

7.2.8 Os materiais deverão obedecer rigorosamente às **especificações técnicas** e **normas de segurança** vigentes no país, com certificação compulsória emitida pelo **INMETRO** ou conformidade atestada pelas normas da **ABNT** (Associação Brasileira de Normas Técnicas), conforme a categoria do item. O descumprimento de qualquer requisito normativo ou a ausência de identificação da conformidade na embalagem ou no corpo do produto implicará na **recusa imediata** do objeto no ato da entrega.

7.2.9 Todas as despesas relativas a impostos, mão de obra, deslocamento de pessoal, fretes (logística de retirada e reentrega) e substituição de peças ou componentes decorrentes da garantia serão de **inteira e exclusiva responsabilidade da Contratada**. Todo e qualquer procedimento de assistência técnica ou substituição deverá ser **formalizado por escrito** e encaminhado à Secretaria solicitante, contendo o relatório do serviço executado ou a especificação do novo lote entregue, para fins de controle de patrimônio e fiscalização contratual.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município de Colorado do Oeste/RO, poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6 Fiscalização:

8.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, sendo designada como Fiscal de Contrato a Sra. **ROSELI CONCEIÇÃO FELICIANO**, Assessora de Gestão de Contratos, podendo ser substituída por servidor formalmente

designado, sendo permitido o apoio técnico de terceiros para subsidiá-la no desempenho de suas atribuições, sem prejuízo de sua responsabilidade pela fiscalização contratual.

8.6.1.1 Fiscalização Técnica:

8.6.1.1.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.6.1.1.2 O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

8.6.1.1.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.6.1.1.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.6.1.1.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.6.1.1.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.6.1.2 Fiscalização Administrativa:

8.6.1.2.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.6.1.2.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.7 Gestor do Contrato:

8.7.1 Fica designado como gestores do contrato os ACESSORES ESPECIAIS DAS SECRETARIA SOLICITANTES: **Neurivan De Souza Almeida** – Assessora Especial De Governo, **Elzimar Grei Coelho** - Assessora Esp. de Des. Social da Família e do trabalho, **Wender de Souza Castro Silva** - Assessor Especial De Esporte, Lazer e Juventude, **Elizangela Lima Oliveira** – Assessora Especial de Educação.

8.7.2 Os referidos assessores ficarão responsáveis pela coordenação, acompanhamento e gestão da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo contar com substituto formalmente indicado e com apoio técnico de terceiros para subsidiar o desempenho de suas atribuições, sem prejuízo de sua responsabilidade pela gestão contratual.

8.7.3 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.7.4 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.7.5 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção

ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.7.6 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.7.7 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.7.8 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CONTRATAÇÃO DE MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1 Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar n.º 123/2006, os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

9.2 Nos itens de contratação acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme o art. 48, III, da mesma Lei, a Administração deverá estabelecer, em certames para aquisições de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas.

9.3 Visando o não desabastecimento desta Instituição, todos os itens presentes nesse edital serão destinados para ampla concorrência.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1 Recebimento:

10.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **2 (dois) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.2 Liquidação:

10.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação**, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

10.2.2 Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a(o) **Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste (Gabinete)..... CNPJ - 04.391.512/0001-87**

Fundo Municipal de Educação de Colorado do Oeste..... CNPJ - 30.484.575/0001-98

Fundo Municipal de Assistência Social de Colorado do Oeste.....CNPJ - 18.343.908/0001-63

10.2.3 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.4 As Notas Fiscais correspondentes à execução do contrato deverão ser emitidas discriminando o que segue:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) número do contrato/empenho e do processo,
- d) dados do órgão contratante;
- e) informações bancárias da Contratada, que permitam realizar o pagamento;
- f) o período respectivo de execução do contrato;
- g) o valor a pagar; e
- h) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- i) outras informações correlatas, exigidas pelo setor administrativo competente, se for o caso.

10.2.5 Para fins de liquidação das despesas e verificação da manutenção das mesmas condições de Habilitação por parte da Contratada, o Órgão responsável pela contratação, deverá encaminhar ao Setor responsável pela liquidação os documentos conforme segue:

I. Nota Fiscal, contendo:

- a) carimbo de atesto e assinatura do Conferente e do Fiscal do Contrato ou outro instrumento utilizado;
- b) todas as exigências contidas no subitem 10.2.4, deste termo.

II Certidões de regularidade:

- a) certidão Negativa de Débito com a União/INSS;
- b) certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da contratada;
- c) certidão Negativa de Débito Municipal, da sede da contratada;
- d) certidão Negativa de Débito Trabalhista, emitida pelo TST;
- e) certidão de Regularidade com o FGTS.

III Laudo, conforme modelo sugerido pela Administração Municipal; e

IV Autorização de Compra (ou AF), quando for o caso;

10.2.6 Se a contratada, eventualmente, apresentar certidão de regularidade fiscal e trabalhista com pendência de débitos, sem prejuízo do recebimento por aquilo que já havia sido regularmente executado, será notificada para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.9 As parcelas efetivamente executadas do objeto, terão seus pagamentos realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao órgão fiscalizador.

10.2.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

10.2.11 Caso se faça necessária a retificação de nota fiscal por culpa da Contratada, o prazo para pagamento terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da nota fiscal corrigida ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

10.3 Prazo de pagamento:

10.3.1 O pagamento será efetuado no **prazo de até 10 (dez) dias uteis, contados da finalização da liquidação da despesa**, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

10.3.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.3.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.3.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.3.6 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.3.7 Os pagamentos serão realizados por transferência online em conta corrente, preferencialmente nas Agências do Banco do Brasil. Para outras Agências estão sujeitas à cobrança de taxas (TED ou DOC), este valor será descontado do fornecedor contratado;

10.3.8 Conforme Decreto Municipal nº 284 de 29 de agosto de 2023 (https://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe_documento.php?id_publicacao=18509&nomeaplicacao=publicacao). Este decreto regulamenta a retenção de Imposto de Renda na fonte, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012. A retenção do Imposto de Renda será feita na fonte, ou seja, o Município de Colorado do Oeste já irá reter o Imposto de Renda ao efetuar pagamentos de produtos e serviços adquiridos a partir do dia 1º de setembro de 2023. Para tanto, o fornecedor do produto/serviço emissor da nota deverá discriminar no campo adequado da Nota Fiscal a alíquota correta para o desconto.

10.3.9 As notas fiscais devem ser emitidas para a Razão Social especificada nas “Informações para o Fornecedor” das “Ordens de Fornecimento/Empenho”, constando número do empenho, item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

10.3.10 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas do edital de credenciamento no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

10.4 Antecipação de pagamento:

10.4.1 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

10.5 Cessão de crédito:

10.5.1 A presente contratação não permite a cessão de crédito.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

11.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, na **Intenção de Registro de Preço**, com fundamento no art. 28, Inciso I e artigo 82, Inciso V, da Lei nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 026/032/2024. Com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

11.1.2. Para o presente processo, será adotado o sistema de registro de preços, com fundamento no artigo 82 da Lei nº 14.133/21.

11.2 Forma de fornecimento:

11.2.1 O fornecimento do objeto será **parcela única ou em quantitativo especificado pelo contratante** dos produtos objeto deste Edital.

11.3 Critério de Habilitação – Documentação Exigida:

11.3.1 Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

11.3.2 Sendo assim, os documentos exigidos serão:

11.4 Habilitação jurídica:

11.4.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.4.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.4.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.4.4 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.4.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.4.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.4.7 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.4.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.5 Habilitação trabalhista:

11.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.5.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal.

11.5.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.5.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

11.5.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.5.6 Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.5.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.5.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.6. Qualificação Econômico-Financeira

11.6.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

11.6.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

11.6.3 **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

11.6.4 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.6.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.6.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.6.7 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita

Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.6.8 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

11.6.9 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.6.10 DA DISPENSA DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA O MEI:

I) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar o balanço nos termos da lei. Contudo, o **Microempreendedor Individual (MEI)** está **dispensado** da apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis, em conformidade com o disposto no **art. 1.179, § 2º, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil)** e no **art. 18-A, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que o valor estimado para a contratação (item ou lote) não ultrapasse o teto de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).**

II) Em itens ou lotes que os valores que não ultrapasse o teto de **R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)**, para fins de habilitação, o MEI deverá apresentar, em substituição ao balanço a **Declaração Anual do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI)** relativa ao último exercício fiscal.

III) Em itens ou lotes que os valores ultrapassem o teto de **R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)**, deverá cumprir integralmente com as exigências de qualificação econômica destinadas às demais empresas, inclusive com a apresentação do **Balanço Patrimonial** e demonstrações contábeis.

11.7 Qualificação Técnica:

11.7.1 A LICITANTE deverá pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

11.7.2 O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

11.7.3 Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema licitanet.

11.7.4 Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

11.7.5 Em hipótese alguma será aceito pela Administração Pública atestado emitido pela própria licitante, sob pena de infringir ao princípio da moralidade, pois a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacidade técnica.

11.7.6 As certidões deverão estar válidas na data da solicitação dos documentos de habilitação, salvo os casos beneficiários da lei 123/2006.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.277.899,94 (Um milhão, duzentos e setenta e sete mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

13. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1 Serão reajustados os preços, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para reajuste, conforme o IPCA.

13.2 Será admitido o reequilíbrio econômico-financeiro, de acordo com o inciso II, art. 124 da lei 14.133/2021, para restabelecer a relação inicialmente pactuada objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do objeto ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, devendo ser requerido e comprovado pela CONTRATADA.

14. DO REAJUSTE

14.1 O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 124 da Lei 14.133/2021 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 Ao que se refere à dotação orçamentária, o **artigo 69 § 6º do decreto municipal nº 026/2024** prevê que só será necessário a indicação orçamentária apenas para formalização de contrato, por tanto, como essa aquisição procede em forma de Registro de Preço, não se faz necessário.

15.2 Da fonte de Recursos: PRÓPRIO/CONVÊNIO/EMENDA PARLAMENTAR/FNAS/FEAS/FUDEB/FNDE/ SALÁRIO EDUCAÇÃO.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

d) Multa por Descumprimento Contratual (Compensatória): multa compensatória, arbitrada em valor compatível e proporcional aos possíveis danos causados à administração;

e) Multa por Atraso: a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de até 30 dias, a contar da comunicação oficial. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

f) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo nela constante.

16.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.9 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

16.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.11 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de

Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

17. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

17.2. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

18. DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

18.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;

18.2. Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido à análise das documentações de habilitação;

18.3 A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

18.4. Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;

19. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O prazo de vigência deste registro de preços é de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação no PNCP. Podendo ser prorrogada, no interesse da Administração, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

19.2. Considerando a Resolução nº 434/2024/TCERO, no ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preço, atendidas as condições previstas no art. 84, da Lei nº 14.133/2021, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

20. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

20.1. Considerando que o Plano Anual de Contratações (PAC) do Município de Colorado do Oeste já se encontra publicado no Portal da Transparência, a presente contratação está prevista no referido instrumento, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

20.2. A presente contratação encontra-se amparada pelo Plano Plurianual (PPA) 2026–2029 e pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

20.3. Integra, como anexo externo deste Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar (ETP).

21. DA ANÁLISE DE RISCO:

21.1. Para os fins dos presentes autos, com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133 de 2021, entende-se que a menos complexidade do objeto enseja a prescindibilidade **de Análise de Risco**.

21.2. Ainda assim, consigne-se que as informações necessárias e suficientes ao pleito, capazes de maximizar o interesse público, provendo a devida segurança transacional, encontram-se nos artefatos documentais que compõem a instrução processual.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Está vinculado a este Termo de Referência às Leis nº 14.133/2021, Decreto Municipal, bem com as demais legislações de vigência.

22.2 Fica ressaltada a possibilidade de alteração das condições avençadas em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

22.3. Fica eleito o foro da Comarca de Colorado-RO como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas do Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

22.4. Este termo de referência foi elaborado com base nas informações constantes no Estudo Técnico.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE – RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026

LICITANTE _____ CNPJ: _____ TEL. FAX: _____

_____ E-MAIL: _____ ENDEREÇO: _____

C. CORRENTE: _____ AG.: _____ BANCO: _____

Item	Quant.	Und	Descrição do objeto	Marca	Valor unitário	Valor Total
VALOR TOTAL EM R\$						

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal

ANEXO III
MODELO DE MINUTA DE CONTRATO
Pregão Eletrônico Nº 19/2026

CONTRATO, que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4.132, inscrita no CNPJ n.º 04.391.512/0001-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **EDMISON RODRIGUES DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Colorado do Oeste, RO, a seguir denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro a empresa ____, estabelecida na ____, nº ____, bairro ____, no Município de ____/____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, a seguir denominado simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, Identidade RG nº _____, CPF nº _____, os quais têm certo e ajustado o presente Contrato, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições a seguir descritas, com inteira submissão à Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR DO CONTRATO.

I. Constitui objeto: **Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Materiais e Equipamentos Esportivos, Visando Atender as Necessidades das Secretarias Municipais do Município de Colorado do Oeste/RO**, em conformidade com as especificações e descrições do Termo de Referência-Anexo I e modelo proposta de preços-Anexo II do edital amparado legalmente por nota de empenho.

II. O presente contrato tem por finalidade a aquisição dos itens infra citados, sendo que o valor global do deste é de R\$ ____ (____) conforme disposto no Edital:

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

I. O prazo máximo para fornecimento **30 (trinta) dias**, da apresentação da nota de empenho e apresentação de Ordem de Fornecimento/Requisição ao fornecedor, ou conforme a necessidade da Secretaria de Saúde, contendo o local de entrega, CNPJ correspondente e demais informações pertinentes, conforme estabelecido no Termo de Referência (Anexo I do edital).

CLÁUSULA TERCEIRA - LOCAIS A SEREM ATENDIDOS

Conforme o termo de referência anexo I.

CLÁUSULA QUARTA - MEDIÇÃO E PAGAMENTO

I. Os pagamentos serão mensais, realizado no **prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa**, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa **SEGES/ME 77/2022**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, observadas as retenções correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais, seguindo a ordem de cronologia de pagamentos da Administração, conforme Lei 14.133/2021.

II. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

III. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

IV. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta nos registros cadastrais para verificara manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

V. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

VI. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento, como estabelece a lei.

II. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme espelha na lei.

III. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo;

IV. Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

V. Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, à PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE/RO e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto licitado;

VI. Arcar com todas as despesas relativas à prestação dos serviços, inclusive, as relativas ao seu transporte.

VII. Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados.

VIII. Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme a lei 14.133/2021.

IX. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço.

X. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da realização da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

XI. Tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018.).

XII. Cumprir as orientações do órgão fiscalizador e/ou do executor do Contrato;

XIII. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital;

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente.

II. Emitir Autorizações de Fornecimento, contendo especificações, quantidades, a data e o nome do servidor responsável;

- III. Disponibilizar um servidor para conferir a entrega dos objetos; não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a CONTRATADA;
- IV. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- V. Permitir o acesso de fornecimento da CONTRATADA, aos locais de entrega, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.
- VI. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- VII. Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.
- VIII. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IX. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- X. Cumprir com as demais obrigações constantes do Edital e Termo de Referência.
- XI. Rejeitar no todo ou em parte, os objetos que a CONTRATADA entregar fora das especificações constantes do Termo de Referência.
- XII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- XIII. Tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018.).

CLÁUSULA SÉTIMA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO/EXECUÇÃO CONTRATUAL

- I. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, sendo designada como Fiscal de Contrato a Sra. **ROSELI CONCEIÇÃO FELICIANO**, Assessora de Gestão de Contratos, podendo ser substituída por servidor formalmente designado, sendo permitido o apoio técnico de terceiros para subsidiá-la no desempenho de suas atribuições, sem prejuízo de sua responsabilidade pela fiscalização contratual.
- II. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- III. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- IV. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- V. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- VI. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

VII. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

VIII. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

IX. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

X. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

XI. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

XII. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das sanções cabíveis e que ultrapasse sua competência.

XIII. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

XIV. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

XV. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

XVI. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

XVII. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

XVIII. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação fiscal empresa:

XIX. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais estaduais, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA OITAVA - GESTÃO DO CONTRATO

I. Fica designado como gestores do contrato os ASESORES ESPECIAIS DAS SECRETARIAS SOLICITANTES: **Neurivan De Souza Almeida** – Assessora Especial De Governo, **Elzimar Grei Coelho** - Assessora Esp. de Des. Social da Família e do trabalho, **Wender de Souza Castro Silva** - Assessor Especial De Esporte, Lazer e Juventude, **Elizangela Lima Oliveira** – Assessora Especial de Educação.

II. Os referidos assessores ficarão responsáveis pela coordenação, acompanhamento e gestão da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo contar com substituto formalmente indicado e com apoio técnico de terceiros para subsidiar o desempenho de suas atribuições, sem prejuízo de sua responsabilidade pela gestão contratual.

III. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,

elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

IV. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

V. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

VI. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

VII. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I. Ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais, a empresa que:

- a) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

II. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções no Art. 156, da Lei nº 14.133/21, podendo a CONTRATANTE, a extensão da falta ensejada, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a ADMINISTRAÇÃO pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

III. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, observados os seguintes percentuais:

- a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor estimado do contrato limitado a 10% (dez por cento) por dia de atraso, no caso de retardamento da execução contratual;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos;
- c) Aplicar-se-á no caso de inexecução total ou parcial, o percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor total do objeto contratado;

IV. As demais sanções poderão ser aplicadas junto à multa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I. O prazo de vigência deste registro de preços é de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação no PNCP. Podendo ser prorrogada, no interesse da Administração, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

II. Considerando a Resolução nº 434/2024/TCERO, no ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preço, atendidas as condições previstas no art. 84, da Lei nº 14.133/2021, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ADESÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇO.

I. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

II. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

I. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;

II. Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido à análise das documentações de habilitação;

III A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

IV. Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO.

I. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas sem expressa concordância da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE

I. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 124 da Lei 14.133/2021 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

I. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, porquanto o objeto da presente contratação não gera obrigações posteriores para a contratada, bem como a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS TRIBUTOS E DEMAIS ENCARGOS:

I. Os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada;

II. Conforme Decreto Municipal nº 284 de 29 de Agosto de 2023 (https://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe_documento.php?id_publicacao=18509&nomeaplicacao=publicacao). Este decreto regulamenta a retenção de Imposto de Renda na fonte, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012. A retenção do Imposto de Renda será feita na fonte, ou seja, o Município de Colorado do Oeste já irá reter o Imposto de Renda ao efetuar pagamentos de produtos e serviços adquiridos a partir do dia 1º de setembro de 2023. Para tanto, o fornecedor do produto/serviço emissor da nota deverá discriminar no campo adequado da Nota Fiscal a alíquota correta para o desconto.

III. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

I. Está vinculado a este Termo de Referência às Leis nº 14.133/2021, Decretos Municipais, bem como as demais legislações de vigência.

II. Fica ressaltada a possibilidade de alteração das condições avençadas em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

III. Fica eleito o foro da Comarca de Colorado-RO como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas do Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

IV. Este termo de referência foi elaborado com base nas informações constantes no Estudo Técnico.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

I. A publicação do presente Contrato será providenciada até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

I. O Foro para solucionar os litígios decorrentes do presente Contrato é o da Comarca de Colorado do Oeste/RO, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ASSESSORIA JURÍDICA
TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME
CPF: